



## ENSAIO SOCIOLOGICO SOBRE EDUCAÇÃO E RELIGIÃO

**Elias Evangelista Gomes**

Faculdade Sumaré

Universidade de São Paulo

[elias.gomes@sumare.edu.br](mailto:elias.gomes@sumare.edu.br)



## **Ensaio sociológico sobre educação e religião**

Elias Evangelista Gomes

### **RESUMO**

Este ensaio tem como objetivo discutir as conexões entre educação e religião. Os processos socializadores contemporâneos ocorrem em um ambiente de confluência e concorrência de diferentes instâncias sociais. As religiões persistem em sua capacidade de influir sobre certas percepções culturais dos sujeitos no sentido de criar aberturas e resistências a certos temas da vida social. Compreender como ocorrem esses processos educativos e religiosos é relevante para entender os posicionamentos dos sujeitos que não se limitam aos templos de suas religiões e chegam aos diferentes espaços, dentre eles, a sala de aula.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Educação; Religião; Processo Socializador Contemporâneo;

Em sala de aula, na educação básica ou no ensino superior, observam-se estranhamentos e resistências de alguns estudantes quanto à diversidade cultural. O olhar indignado desses quanto aos exemplos relacionados à diversidade sexual, aborto, direitos de cidadania, união civil homossexual é, por vezes, uma censura imposta ao professor. Essa resistência é, recorrentemente, fruto de um longo e eficaz processo de socialização que busca educar o sujeito para a vivência integral dos princípios e valores religiosos. Na mesma linha, pode não ser o/a estudante, mas o professor, portador desses valores que não permitem observar e ouvir outros pontos de vistas acerca da diversidade humana. A seguir, os exemplos de evangélicos e católicos, representando parte do cristianismo, serão importantes para pensar a relação entre educação e religião, buscando ampliar a compreensão da comunidade acadêmica quanto ao modo como são elaborados os posicionamentos religiosos.

Nesta direção, entende-se que a religião se revela como uma sede importante para os estudos sobre as práticas de socialização na medida em que ela é uma matriz de posicionamentos culturais. Segundo Setton (2008), o estudo da religião na Sociologia da Educação torna-se relevante na medida em que a religião opera na produção de valores morais e identitários relativos à consciência. Assim, como apontado por Émile Durkheim (1996), Max Weber (1999), Peter Berger (1985), dentre outros, na religião, encontram-se estratégias de convencimento, controle e sociabilidade que teriam a capacidade de manter os sujeitos coesos ou dissociá-los a partir da simbolização que ali é produzida.

Para compreender as estratégias e as tensões no processo de socialização, é relevante a leitura da linha teórica que aponta para a interdependência de instâncias e sujeitos na formação do sujeito contemporâneo. Assim, pode-se atentar às relações de interdependência entre, por exemplo, diferentes instâncias: escola, religião, família, mídia, grupos de amigos; e diferentes sujeitos: fiéis, líderes religiosos, professores, parentes, amigos, dentre outros.

Setton (2002) propõe o uso do conceito de configuração de Norbert Elias para compreender a particularidade da socialização contemporânea. Para Elias, a noção de configuração permite não olhar as estruturas como instâncias que imperam acima dos sujeitos, mas compreender o equilíbrio de poder existente entre elas. Nessa acepção, o poder, enquanto relação, é entendido como uma característica estrutural das relações entre grupos e instituições (ELIAS, 1970).

Setton (2002) considera que as instâncias socializadoras “são constituídas por sujeitos em intensa e contínua interdependência entre si e, portanto, não podem ser vistas como estruturas que pressionam umas às outras, mas instâncias constituídas por agentes que se pressionam mutuamente no jogo simbólico da socialização” (*Ibidem*, p. 110). Para a autora, o uso desse conceito de configuração permite analisar a coexistência de instâncias sociais ou sujeitos a partir da noção de equilíbrio conjuntural e analisar as relações funcionais que ele mantém entre si. A justificativa conceitual para isso decorre da necessidade de se compreender as relações singulares e particulares empreendidas por diferentes configurações de força entre sujeitos e instituições, isto é, entre fiéis, líderes religiosos, professores, religião, família, mídia, escola, dentre outras.

Concordando com a autora, o conceito de configuração nos estudos sobre socialização contemporânea pode ser utilizado como um instrumento conceitual e didático. A partir dele é possível romper com a ideia de que as instâncias e os sujeitos são antagônicos; além disso,

compreender a relação de interdependência das instâncias e dos sujeitos, “condição para coexistirem enquanto configuração, é uma forma de afirmar que a relação estabelecida entre eles pode ser de aliados ou de adversários” (*Ibidem*, p. 110). Neste sentido, a socialização pode ocorrer em relações de continuidade ou de ruptura, possibilitando uma ampla possibilidade de combinações de ser e estar no mundo.

As instâncias socializadoras, como é o caso da religião, elaboram seus aspectos cosmológicos que orientam noções e condutas, visam orientar a percepção dos sujeitos, bem como aspectos que visam a administrar a instituição e a criar modelos de práticas de cultura. A religião possui um conjunto de valores, princípios e estratégias que visam ofertar um esquema de ação para a vida de seu fiel. É possível denominar esse conjunto de esquemas de ação como *programa institucional de socialização*. Segundo François Dubet (2002), um programa institucional é sempre um construto típico-ideal, polissêmico e:

Não designa um tipo de organização nem um tipo de cultura, mas um modo de socialização, para ser mais preciso, um tipo de relação com o outro, que o professor, o sacerdote ou o médico tentam por em prática com seus alunos, seus fiéis ou seus pacientes. Este programa institucional forma parte de uma concepção geral da socialização e apresenta características suficientemente estáveis (...). 1) este programa considera que o trabalho sobre o outro é uma mediação entre os valores universais e os indivíduos particulares; 2) afirma que o trabalho de socialização é uma vocação, porque se encontra diretamente fundado em valores; 3) este programa crê que a socialização está orientada a inculcar normas que configuram ao indivíduo e simultaneamente o tornem autônomo e “livre” (p. 22). “o declínio do programa institucional faz emergir novas formas de dominação e de controle” (p. 25). “O programa institucional se funda sobre valores, princípios, dogmas, mitos, crenças laicas ou religiosas, mas sempre sagradas, sempre situadas na evidência da tradição ou mero princípios de utilidade social (p. 35). [tradução minha] (DUBET, 2002, p. 22; 25; 35)

De modo geral, mesmo com uma incalculável diversidade interior, as religiões cristãs, tais como a Igreja Católica e as denominações evangélicas, possuem uma perspectiva mais formalizada acerca dos seus princípios, projetam um modo de relação baseada em condutas e normas, organiza uma estrutura peculiar de organização e multiplicação dos fiéis. Ambiente no qual o sujeito participativamente organiza suas experiências a partir de muitos referenciais, ocorrendo uma persistência dos planos de mediação entre instâncias e sujeitos, entre valores universais e sujeitos particulares, controle e vigilância. O que parece mudar é justamente a velocidade com que esses “abalos” no programa institucional ocorrem, decorrentes desse ambiente de reconfiguração, de confluência, concorrência, disputa, co-existência de referências que renovam e se modificam na dinâmica da cultura contemporânea.

Ainda no plano conceitual, a noção de *habitus* presente em Bourdieu (2008) constitui-se em importante inspiração. O autor considera que o *habitus* pode ser definido como um sistema aberto de disposições, ações e percepções adquiridas pelo sujeito no percurso de suas experiências sociais. O *habitus* extrapola o sujeito e refere-se também às estruturas relacionais

nas quais ele está inserido, tornando possível compreender sua posição num campo e seu conjunto de capitais. Com essa proposição, Bourdieu acena para a superação da antinomia entre objetivismo – reificação das estruturas sociais sobre o sujeito – e subjetivismo – centralização do sujeito em relação às determinações sociais. O *habitus* media a ação, na qual o sujeito pode construir seus modos de julgar comportamentos morais, estéticos e políticos, traduzidos em um estilo de vida.

Outro conceito inspirador é o de *experiência social* de François Dubet (1994). Pontualmente, concorda-se que as experiências sociais são organizadas a partir de várias lógicas de ação e que elas não são “esponjas” de incorporações, mas modos de construção social do mundo. Dubet aponta que a experiência social “é uma atividade cognitiva, é uma maneira de construir o real e, sobretudo, de ‘verificar’, de o *experimental*”, construindo “fenômenos a partir das categorias de entendimento e da razão” (DUBET, 1994, p. 95). Segundo o autor, a experiência, ao se tornar mais subjetiva, concomitantemente, torna-se mais social, pois mesmo que ela pretenda ser puramente individual, apenas existe na medida em que é reconhecida, compartilhada e confirmada por outros sujeitos. Nesses termos, Dubet considera o sujeito um “intelectual” capaz de dominar conscientemente a sua relação com o mundo (*Ibidem*, p. 107).

Setton (2009) aponta que a socialização à brasileira impõe considerar os *habitus* como mais que plurais (LAHIRE, 2002), pois podem ser resultados de experiências educativas particulares ou podem resultar de valores identitários originados de muitas instâncias de cultura, mas nem por isso incongruentes ou contraditórios, pois seriam compostos por disposições híbridas (SETTON, 2009b). A autora propõe o uso da noção de *habitus* como disposições híbridas por admitir a participação do sujeito na construção social de sua relação com o mundo exterior, “num diálogo constante entre suas necessidades individuais e as referências de cultura disponibilizadas” (SETTON, 2009). O sujeito pode ser entendido em sua capacidade de refletir sobre sua história e sua ação, podendo compor sua experiência social a partir de múltiplos referenciais culturais.

No tocante aos sujeitos religiosos, a partir de Max Weber (1999), entende-se que os sacerdotes cumprem uma tarefa educativa e chamam para si a autoridade para executar uma tradição sagrada. Assim, os padres católicos e pastores evangélicos empenham-se para que os costumes, os valores e as crenças sejam interiorizados (BERGER, 1985) pelos fiéis como algo evidente e inegável. Os sacerdotes-padres e sacerdotes-pastores buscam ratificar, o tempo todo e a cada momento, o peso da autoridade atribuída por seu cargo e função na busca pela interiorização dos princípios de fé pregados pela instituição.

De um lado, Weber sugere que os sacerdotes instruem os leigos em uma racionalização ética; de outro, Peter Berger aponta a religião como impulsionadora de parte importante da ação humana na construção do mundo. Assim, os padres católicos e pastores protestantes são portadores de certa autoridade social em suas práticas socializadoras. Ao transmitirem regras, condutas, modos de vida, esses líderes religiosos propõem aos fiéis condicionamentos éticos sistematizados, ou, ainda, formas de conceber o mundo, uma cosmologia para diferentes esferas da vida. Por sua vez, os fiéis têm o dever de construir suas realidades objetivas a partir de um programa institucional disponível tanto em situações de missa ou culto, quanto em encontros individuais ou na busca “autodidata” de encontro com o Sagrado por meio de orações e leitura da Bíblia.

A religião busca socializar o indivíduo para que possa viver as práticas de cultura valorizadas pela instituição de forma independente. Em primeira e última instância a socialização religiosa deseja ser capaz de transformar o fiel em seu próprio sacerdote. Ser *pastor de si* ou *padre de si* deve implicar a naturalização da cosmologia cristã, que, mesmo híbrida, ainda é restrita. Essa noção de pastoreio de si parece se aproximar da discussão já colocada por Norbert Elias acerca do processo de socialização. François Dubet (2002) sistematiza Elias, afirmando que “a socialização está concebida como um processo paradoxal de criação de condutas e de atores conformes, e de sujeitos conscientes de si mesmos, obrigados e com capacidade de serem livres e governar a suas vidas” (*Ibidem*, p. 50).

Em um sentido durkheimiano (1996), a religião luta para agregar diferentes instâncias e sujeitos que influam na socialização dos fieis sob a marquise simbólica, para compartilharem os mesmos modos de julgar a vida social e para que o estoque de esquemas de ação deles seja resultado de representações coletivas que expressem realidades coletivas em termos do estilo de vida. Para atrair instâncias e sujeitos da socialização, as igrejas evangélicas e o catolicismo têm hibridizado suas práticas de cultura e modos de julgar, constituindo novas representações coletivas, porém resguardando um programa mínimo de socialização, sem perder a visão de ser totalizante. Neste programa mínimo incluem temas sobre a sexualidade e moralidade e, por isso, as resistências citadas no início deste ensaio são ainda motivo de estranhamentos de estudantes e, até mesmo, de professores. Enfim, essas religiões lutam em constância para que seus fiéis sejam resistentes a valores laicos para a vida social.

Agregar todos sob a mesma marquise simbólica sempre foi o desafio das religiões e de quaisquer outras instâncias sociais que tenham planos “evangelizadores”. Porém, diante dos encantamentos do mundo contemporâneo sobre os afetos individuais, a socialização das disposições de *habitus* torna-se mais complexa e, às vezes, a interiorização completa da produção coletiva da igreja torna-se inviável, porque os fieis estão sensíveis a outras instâncias e sujeitos que promovem ações de influência cultural.

Para concluir, não é possível compreender o processo de socialização religiosa sem considerar as interações sociais pelas quais as simbologias são construídas, partilhadas e disputadas. Por isso, chama-se atenção para o fato de que a socialização é um ato de cuidado do ser humano e de sua humanidade. Na religião, os sujeitos na interação entre sacerdote e fiel tendem a incorporar aspectos da profissão docente e articular uma lógica de ação educativa, baseada na motivação, correção, ensinamento e avaliação.

Não são menos comuns os atos de cuidar do outro ser, tomados como atos de abnegação, renúncia, dignos de admiração e veneração. Durkheim (1978) comparava a educação e o trabalho professoral, respectivamente, à missão sacerdotal e ao sacerdócio. Inspirado nisso, pode-se pensar a socialização como uma missão sacerdotal. Ora se atribui esse significado ao responsável pelo cuidado, porém, majoritariamente, quem cuida do outro é quem se autossignifica como o intérprete do sistema cultural, possuidor de autoridade docente, de ensinamento. Essa autossignificação se legitima a partir dos modelos de interação social e de hierarquias presentes no sistema cultural.

Neste sentido, as considerações de Guy Vincent (2004) são pertinentes, quando propõe o uso do verbo reflexivo “socializar-se”, por considerar que ele exprime um modo particular de estar,

construir e relacionar-se com e no universo social. Seguindo suas pistas, percebe-se que os fiéis não vivem meramente uma “produção” e “reprodução” dos princípios religiosos, mas uma interiorização, produto das trocas simbólicas, um processo permanente de se fazer, refazer-se e desfazer-se.

Este ensaio, em um único fôlego, buscou apresentar a capacidade estratégica da religião sobre os fiéis para educar a fé, ou seja, o modo como os fiéis entendem o mundo e como vivem nele. As religiões não abrem mão de educar as percepções dos fiéis no sentido de criar aberturas e resistências a determinados temas. Elas têm grandes expectativas na educação com o objetivo de que os fiéis compartilhem os mesmos significados sobre a realidade social. Contudo, os fiéis estão sob influência cultural de diferentes instâncias educativas, o que faz ampliar seus repertórios culturais e, com isso, criar resistências à própria mensagem evangelizadora da religião. Por essa razão, não se pode falar em reprodução total daquilo que é proposto pela religião nem negação completa do que ela diz. Por isso mesmo, as resistências são pontuais e, por vezes, contraditórias às pregações religiosas.

Diante deste cenário, cabe aos educadores garantir o respeito à diversidade cultural no âmbito da religião, sem perder a capacidade de construir reflexões críticas acerca dos modos de estar no mundo e viver nele, mesmo que isso seja sob um olhar inicial de censura. Abrir mão da reflexão e da interrogação crítica é legimitar o senso comum e, mais do que isso, legimitar processos de dominação e humilhação do ser humano que pensa e vive de forma diferente

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.

DUBET, François. *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

\_\_\_\_\_. *Le déclin de l'institution*. Paris: Ed. Seuil, 2002.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 11. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

\_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

GOMES, Elias E. *A socialização da juventude para a sexualidade e a fé: “vem, você vai gostar!”*. IN: Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Família, escola e mídia: um campo com novas configurações*. In: Educação e Pesquisa. (28), n.1, p. 107-116. 2002.

\_\_\_\_\_. *As religiões como agentes da socialização*. In: Cadernos CERU (USP), v. 19, p. 15-25, 2008.

\_\_\_\_\_. *A socialização como fato social total: um ensaio sobre a teoria do habitus*. In: Tese (Livre docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VINCENT, Guy. *Recherches sur la Socialisation Démocratique*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Volume 1.